



REQUERIMENTO APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DAS FAMÍLIAS

Ao abrigo do artigo 7.º, do Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade das Famílias

O/a requerente consente que os seus dados pessoais sejam objeto de processamento e armazenamento informático ou não informático única e exclusivamente no âmbito e para os efeitos do presente requerimento, o qual se destina à apresentação de requerimento ao apoio municipal para a melhoria das condições de habitabilidade das famílias.

O/a requerente consente que que lhe sejam enviadas comunicações municipais com importância para a população em geral.

O Município de Vila do Porto manterá toda a informação relacionada com dados pessoais sob sigilo absoluto sobre toda e qualquer relação com o/a titular, respeitando a legislação em vigor de proteção de dados, podendo estes/as fazer valer os seus direitos de completar, retificar e eliminar, livremente e sem restrições, com periodicidade razoável, a informação a seu respeito constante das bases de dados do Município através de contato pessoal, ou por comunicação escrita dirigida a este, através do correio eletrónico dpo@cm-viladoporto.pt, bem como opor, a seu pedido e gratuitamente, ao tratamento dos dados pessoais do/a titular.

IDENTIFICAÇÃO DO/A REQUERENTE

Nome		Nacionalidade	
Morada			
Data Nascimento	Freguesia	Código Postal	
E-mail	Telefone	Telemóvel	
N.º B.I. ou C.C.	Validade	NIF	

QUALIDADE DO/A REQUERENTE (o/a requerente declara ser)

<input type="checkbox"/> proprietário/a	<input type="checkbox"/> Herdeiro/a
<input type="checkbox"/> usufrutuário/a	<input type="checkbox"/> outra (qual?)

MOTIVO DO PEDIDO

DECLARAÇÃO DO/A REQUERENTE (artigo 4.º e n.º 1, do artigo 7.º, do Regulamento Municipal)

Declaro, sob compromisso de honra, a fim de beneficiar dos apoios constantes no Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade das Famílias, que:

- Reúno todas as condições de acesso ao apoio;
- Não irei alienar o imóvel durante os cinco anos subsequentes à receção do apoio;
- O imóvel objeto do apoio é a minha residência permanente pelo tempo previsto na alínea anterior;
- Não beneficieei de qualquer apoio para o mesmo fim ou de que o mesmo, a existir, é insuficiente para a intervenção realizada;
- As informações prestadas são verdadeiras e autorizo o Município de Vila do Porto a confirmar a sua exatidão;
- Não possuo depósitos bancários de montante superior a cinco mil euros (€ 5.000.00);
- Tenho conhecimento do regulamento que enquadra o apoio, especialmente dos efeitos que as falsas declarações ou omissões implicam, dispostas no artigo 11.º do respetivo regulamento.

ASSINATURA DO/A REQUERENTE (pede deferimento)

Data		Assinatura	
------	--	------------	--



ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS DE ENTREGA OBRIGATÓRIA

(conforme definido no artigo 7.º, do Regulamento Municipal)

- 1. Requerimento
- 2. Atestado de residência e composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia
- 3. Documento(s) de identificação e número de identificação fiscal do/a requerente e agregado familiar (reprodução do(s) documento(s) em fotocópia, devidamente salvaguardada pela Lei n.º 7/2015, de 5 de fevereiro)
- 4. Documentos comprovativos dos rendimentos do/a candidato/a e respetivo agregado familiar (consoante as situações):
 - Fotocópia da última declaração de IRS de todos os elementos do agregado familiar (trabalhador/a por conta própria)
 - Declaração do rendimento mensal do mês anterior à candidatura emitido pela entidade patronal ou de outra entidade de onde sejam provenientes os rendimentos (trabalhador/a por conta de outrem)
 - Declaração comprovativa da situação de desemprego
 - Declaração comprovativa de baixa médica
 - Declaração comprovativa da prestação de rendimento social de inserção
 - Outro(s) documento(s). Quais?
- 5. Fotocópia do documento atualizado do comprovativo da titularidade do direito de propriedade, arrendamento, usufruto ou da posse do imóvel.

Na sua impossibilidade (opção):

- Declaração do/a proprietário/a ou senhorio/a de autorização da intervenção
- Declaração do/a requerente, sob compromisso de honra, de que o/a mesmo se encontra na posse do imóvel há pelo menos 3 anos, com indicação no mínimo de duas testemunhas e fundamentos das razões que o impedem de apresentar os documentos comprovativos
- 6. Comprovativo das despesas mensais (renda ou amortização da habitação, eletricidade, água, gás)
- 7. Comprovativo das despesas medicamentosas (doenças crónicas e graves):
 - Declaração do/a médico/a de família com os medicamentos utilizados à data
 - Declaração da Farmácia com os preços dos medicamentos
- 8. Comprovativos encargos judiciais (prestação de alimentos a menores)
- 9. Outro(s) documento(s). Quais?